



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1546

“UM GUIA PARA AS CONSCIÊNCIAS”: ULTRAMONTANISMO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO DISCURSO DE PEDRO SINZIG

Fernanda Cássia dos Santos
UFPR

Resumo.

A passagem do século XIX para o XX no Brasil foi marcada por intensas transformações de caráter político, social e cultural. Com o alvorecer da República houve a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, o que fez com que a Igreja precisasse se reorganizar, ajustando-se a esse novo contexto. Tal reestruturação foi permeada por discursos conservadores, que recorriam ao catolicismo ultramontano e buscavam uma nova forma de inserção da Igreja Católica na sociedade.

Através da literatura, escritores da época registram a modernização e as mudanças que ocorriam nos costumes e nos papéis sociais destinados a homens e mulheres. Muitas delas foram vistas como ameaças pela Igreja Católica, preocupada em recatolicizar os seus fiéis. Sendo assim, religiosos envolveram-se em debates sobre a “boa” e a “má” literatura, passando a reivindicar a censura de obras literárias que atentassem contra a moral e aos bons costumes. Nesse sentido, o presente trabalho, busca compreender como se estruturou esse controle às obras literárias, motivado pelo discurso religioso. Para tanto, foi analisada a produção do franciscano Pedro Sinzig, cuja principal obra publicada foi *Através de Romances: Guia para as Consciências*, uma espécie de índice com recomendações para leitores católicos.

A análise das fontes demonstrou que ao combater a “imoralidade” em textos literários, religiosos como Pedro Sinzig defenderam determinados modelos de masculinidade e de feminilidade. Por esta razão, o conceito de gênero tornou-se essencial para o desenvolvimento da pesquisa, assim como o de catolicismo ultramontano.

Palavras-chave: Gênero; Censura; Catolicismo Ultramontano.

Financiamento: Capes

Introdução

A partir das últimas décadas do século XIX, um leitor interessado em se distrair através de textos picantes teria inúmeras opções à sua disposição em livrarias localizadas na cidade do Rio de Janeiro. No interior dessas obras, havia

aquelas que se construíam através da transgressão declarada dos princípios defendidos pela Igreja Católica. Títulos como: *Memórias de frei Saturnino, Mistérios dos Conventos, Crimes dos Conventos e Conventos e Colégios – Revelações edificantes e verídicas do que lá se passa* exploravam histórias de padres e freiras com sexualidade exacerbada, de jovens enganadas e de celebrações mundanas que aconteciam em cenários religiosos. Para fisgar leitores, os títulos frequentemente anunciavam grandes revelações que despertavam a curiosidade do público.

Os Serões do Convento, assinado, pelas letras M.L.¹ foi uma das obras mais famosas desse gênero no Brasil. Acredita-se que ela tenha sido publicada na metade do século XIX inicialmente em Lisboa e que em 1862 tenha recebido sua primeira edição brasileira, pela livraria de Bernardo Xavier Pinto de Souza. O livro, no entanto, continuou a aparecer nos catálogos de livreiros cariocas até a primeira década do século XX, tendo outras edições e continuações, solicitadas pelos próprios leitores.² No total foram publicados quatro volumes da obra que se iniciava com a afirmação de que seria um relato verídico de acontecimentos ocorridos no interior de um convento em Portugal. Num recurso comum a esse tipo de literatura, o autor dizia que estava publicando esses “segredos” para alertar às pessoas sobre os perigos que podem existir dentro de lugares aparentemente tão inocentes como os conventos. Na narrativa, a abadessa do convento reunia um grupo de religiosas para uma série de serões nos quais cada uma deveria contar uma aventura picante baseada em suas próprias experiências ou na de colegas de religião. Assim, os diferentes volumes reuniam inúmeras histórias cujos enredos remetiam a padres que seduziam mulheres, freiras lésbicas ou que tinham casos amorosos com leigos, maridos enganados por esposas que diziam ir à Igreja e todos os tipos de relacionamentos considerados condenáveis não só pela moral e os bons costumes, como também pelas leis da Igreja.

É interessante observar, para além dos componentes fortemente anticlericais presentes nessas obras, que o que torna esse tipo de texto instigante para o leitor vai além das descrições dos contatos físicos estabelecidos entre as personagens. O

¹ Pseudônimo atribuído por estudiosos ao português José Feliciano de Castilho, irmão de Antonio Feliciano de Castilho, poeta reconhecido em Portugal. Aos trinta anos de idade o autor mudou-se para o Brasil, tendo trabalhado como advogado e jornalista. Para manter sua reputação, teria publicado suas obras pornográficas sem revelar sua autoria.

² EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 225.

principal atributo erótico dessas narrativas se faz presente na transgressão às normas morais. Pode-se dizer que textos como esse se popularizaram por colocar em discussão a sexualidade dos próprios integrantes do clero católico, uma vez que historicamente a Igreja relacionou o sexo ao proibido.

Em inúmeros discursos, produzidos pela Igreja desde os primórdios do catolicismo, o sexo foi tratado como um problema, um perigo para a cristandade. Desde o mito de Adão e Eva, ele foi relacionado ao pecado original, sendo no máximo tolerável por ser indispensável à procriação. Mesmo na atualidade, podemos observar que os discursos religiosos sobre a sexualidade demonstram que a problemática existente entre sexo, corpo e religião influencia intensamente o poder. As discussões sobre a descriminalização do aborto, para citar apenas um exemplo, demonstram o quanto essa tradição de pensamento originada no cristianismo ainda está presente na nossa sociedade.

Neste sentido, pode-se afirmar que essa permanente atitude de suspeita do cristianismo com relação ao sexo fez com que sexualidade e religião fossem construídas na cultura ocidental como mutuamente excludentes. A união dessas duas esferas, e a contradição existente entre elas, é que tornou o sexo dos padres e freiras um tema privilegiado nessa literatura, cujo interesse principal era cativar o leitor através de uma linguagem amparada na transgressão.

A popularidade não apenas desses livros citados, mas também de inúmeros outros que traziam em seu conteúdo personagens que excediam os limites da moralidade, seja para atrair o público, seja por questões estéticas, fez com que a Igreja sentisse a necessidade de vigiar e interferir nas leituras realizadas pelos católicos. Com esse intuito é que em 1915, Pedro Sinzig publicou o seu Guia para as Consciências, uma espécie de índice com recomendações sobre leituras que eram consideradas perigosas ou indicadas para a população católica. Essa tentativa de controle de leituras não ocorreu de forma isolada no interior das ações católicas, de modo que também organizações leigas, como a Liga pela Moralidade, atuaram nesse mesmo período realizando buscas em livrarias e denunciando os abusos cometidos na publicação de obras de conteúdo erótico que até então eram vendidas com relativa liberdade para quem se interessasse.

Com o crescimento desse discurso católico que reclamava um controle maior sobre o comércio de obras consideradas de caráter imoral, a partir de 1924, a polícia do Rio de Janeiro passou a realizar o recolhimento de obras literárias sobre as quais

recaía a suspeita de imoralidade. A construção desses discursos, voltados para a defesa da moralidade foi marcada por diferenciações de gênero e por normatizações sobre a sexualidade que paulatinamente foram sendo assumidas pela esfera do poder público. Assim sendo, considera-se que a utilização da categoria de gênero é essencial para a compreensão de discursos e práticas moralizantes produzidos pela religião e pelo Estado ao considerarem determinados livros como imorais ou inadequados.

No ato de se separar livros em leituras adequadas ou não para leigos, o discurso católico definiu normas de comportamento que são marcadas pelo estatuto de gênero. Nem todas as leituras que eram consideradas impróprias para mulheres ou eram para os homens e nisto subjaz uma categorização de gênero que possui significados que merecem ser investigados em profundidade. As interdições aos homens foram sempre mais brandas porque eles próprios foram definidos pelo discurso religioso (e a partir do século XIX também pela medicina) como dotados de um discernimento superior ao das mulheres.

Uma vez que o Estado brasileiro, através de práticas de censura de romances, assumiu o discurso moral produzido pela Igreja Católica, acredita-se que ele também passou a compartilhar de alguns ideais relacionados aos papéis de homens e mulheres que foram construídos pela Igreja. Essa aproximação, no entanto, não ocorreu de forma simples e rápida, mas num momento de necessário reajustamento do papel da Igreja na nova configuração que o Estado assumiu a partir do início do período Republicano.

Com o final do Império no Brasil, ocorreu a separação definitiva entre o Estado e a Igreja, o que acabou se transformando num problema para o clero. Pela constituição de 1891, o governo provisório garantia a liberdade de culto e reconhecia todas as religiões no Brasil.³ Assim, a Igreja passou a ter que enfrentar a concorrência de outras religiões que então conquistavam o mesmo status que o catolicismo, sendo-lhes assegurados os mesmos direitos e garantias por um Estado que se dizia não confessional.

De fato, a Igreja desejava a liberdade trazida pelo fim do padroado régio, ao qual fora submetida no período imperial, mas da forma como isso ocorreu, acabou

³ BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. p. 66.

se deparando com uma inesperada concorrência. E vale dizer, nesse período, não era apenas com o advento do reconhecimento de outras formas de religiosidade que a Igreja precisava se preocupar. Havia ainda outras ameaças, representadas pela própria modernidade e pela mudança dos costumes, pela emergência do discurso científico e pela predileção da própria população católica por práticas religiosas populares que saíam do controle do clero.

Desta forma a Igreja buscou se reorganizar, ao mesmo tempo em que procurava uma reaproximação com o poder político (o que de em certa medida foi conquistado a partir da década de 1930). Para a realização desse intento, os bispos brasileiros contaram com a colaboração direta e com a orientação da própria Cúria Romana, de forma que a romanização e a adesão ao ultramontanismo católico serão as bases para a reconfiguração da Igreja no Brasil do período.⁴

Pode-se dizer que a publicação de Guia para as consciências, obra de Pedro Sinzig é fruto dessas preocupações da Igreja com a recatolicização. Num esforço de informar e convencer aos católicos de que era preciso tomar cuidado com determinadas leituras, o frei demonstrou sua preocupação com a moralização das famílias, ameaçada pela modernidade, pelo feminismo e pela evolução dos costumes.

Na introdução de seu texto, Sinzig faz uma crítica aos pais que permitem que seus filhos (e principalmente, suas filhas) façam leituras inapropriadas. Há uma ênfase muito grande na responsabilidade dos pais na criação dos filhos como bons cristãos e pessoas de bem. Para o autor, a inserção de novos costumes na vida familiar e o afastamento da religiosidade fez com que os pais “descuidassem” de sua prole, o que poderia trazer conseqüências terríveis para o futuro das famílias e da própria nação.

Vale dizer que essa preocupação com a moralização das famílias, no período em que estudamos, não era exclusiva da Igreja. O discurso médico-científico que se desenvolveu a partir do século XIX contribuiu para o forjamento de hierarquias de gênero que se baseavam em explicações de caráter biológico. Através de um discurso que colocava a preservação da saúde ao lado do projeto cívico de construção da nação, a higiene defendeu a adoção de procedimentos médicos que

⁴ AZZI, Riolando. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. pp. 11-12.

visavam modificar as feições sociais das famílias para adaptá-las à vida urbana, constituindo-se numa normatização do cotidiano que propunha uma nova educação física, moral, intelectual e sexual.⁵ A partir da emergência desse discurso a Igreja perdia espaço, uma vez que a moral deixava de ser um monopólio da religião, assumindo também feições científicas. No entanto, acredito que a partir dessa pesquisa será possível identificar pontos de encontro entre esses dois tipos de discursos aparentemente excludentes.

Sob o governo de Getúlio Vargas a Igreja encontrará as condições necessárias para a realização de seu intento, recristianizando as estruturas sociais e as dotando de um fundamento doutrinário católico. Se esse é um projeto que será colocado em prática a partir dos anos de 1930 e de uma aliança com a esfera pública, as bases para a realização desse projeto já apareciam em discurso décadas antes. Ao definirem padrões de masculinidade e de feminilidade por um discurso moralizador, textos como o de Pedro Sinzig, buscaram educar os católicos para serem bons cristãos, ao mesmo tempo em que os ensinavam a serem homens e mulheres. Como a principal preocupação do discurso moral da Igreja desse período será a manutenção da família, as noções de feminilidade e de masculinidade serão vinculadas também aos ideais de maternidade e de paternidade dentro de valores cristãos. E a partir de um dado momento, essas concepções irão convergir com os interesses do Estado no forjamento de um ideal de Nação.

Os Estudos de Gênero e a História das Religiões:

A História das Religiões tem se estabelecido como um campo de estudos dotado de objetos e metodologias de análise próprias nos últimos anos. Iniciadas na passagem do século XIX para o XX como parte das reflexões interessadas à etnologia e à sociologia, as análises sobre as religiosidades têm sido cada vez mais freqüentes nos trabalhos de historiadores vinculados especialmente, à História Cultural.

No Brasil, até meados dos anos de 1960, os estudos sobre as religiões estiveram ligados principalmente à Sociologia e à Antropologia em abordagens que consideraram a religião como um dos elementos a serem levados em conta para a

⁵ ARAÚJO, Maria Luiza Macedo de. Algumas reflexões sobre moral sexual no Brasil. In.: **Revista Scientia Sexualis** - Revista do mestrado em sexologia da UFG, v.4, n.2, 1998, p.45

elaboração de estudos sobre a formação sócio-cultural brasileira. Temas como o messianismo e o impacto da miscigenação na formação cultural e religiosa do povo brasileiro foram privilegiados nessas análises iniciais.⁶ Mais tarde, os estudos sobre a religiosidade popular seriam alvo do interesse de historiadores influenciados pelas contribuições da escola dos Annales e pela própria História Cultural.

A História da Igreja Católica enquanto instituição e das ideias religiosas, no entanto, não foi suficientemente explorada pela historiografia naquele período. Essas temáticas permaneceram vinculadas a produções organizadas por estudiosos ligados à própria Igreja, que realizou um esforço de reflexão sobre sua própria instituição a partir dos anos de 1970, com o surgimento do CEHILA – Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina. De acordo com informações obtidas no próprio site do CEHILA, a formação desse grupo de estudos no Brasil ocorreu a partir da atuação de Eduardo Hoornaert, que tendo sido convocado a escrever uma história da Igreja no Brasil a partir de uma perspectiva do povo, montou uma equipe multidisciplinar que o pudesse ajudar a completar a tarefa num curto prazo de dois anos. Essa equipe foi montada com a participação de historiadores, sociólogos, antropólogos e filósofos profissionais, que colaboraram com teólogos e estudiosos vinculados à Igreja. Assim, a História da Igreja Católica produzida por esse grupo, aproximava as Ciências Sociais à Teologia da Libertação, tendo realizado uma revisão historiográfica expressiva, cujo primeiro produto foi o livro História Geral da Igreja na América Latina – História da Igreja no Brasil – primeira época (1500-1808).

O trabalho foi seguido por outros dois volumes, publicados no decorrer dos anos de 1980: um tratando da segunda época (século XIX) e outro da terceira época (de 1930 a 1964). Além de Eduardo Hoornaert, destacam-se as produções de Riolando Azzi, Pedro Ribeiro de Oliveira, Oscar Lustosa, Francisco Cartaxo Rolin, José Oscar Beozzo, entre outros, que se uniram ao CEHILA nessa tarefa de recontar a História do Catolicismo no Brasil. Esses trabalhos contribuíram para o forjamento do conceito de romanização, que aparecia nessas primeiras produções, ao lado do conceito de catolicismo popular. Na perspectiva proposta pelo grupo, o catolicismo popular deveria ser entendido como um núcleo de fé original e de potência de transformação social, que foi atacado pela romanização:

⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). Domínios da História: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: campus, 1997. pp. 348-350.

Uma “interpretação a partir dos pobres”, a que se propuseram os membros do CEHILA, e os exames das relações entre Estado e Igreja levaram à percepção da implantação do catolicismo romanizado como movimento que favoreceu o capitalismo, a modernização e o domínio religioso e social das elites.⁷

Essa perspectiva influenciou inúmeros trabalhos no campo da História das Religiões no Brasil. No entanto, deve-se observar que os trabalhos do CEHILA receberam severas críticas pela forma como trataram a relação entre o povo e o catolicismo. Com o objetivo de construir uma análise “a partir dos pobres”, o catolicismo popular foi relacionado a um núcleo de fé original e de potência de transformação social, que teria sido solapado pela romanização. Ao criticarem a instituição católica, os membros do CEHILA construíram uma nova idealização: o povo. Mudavam-se, assim, os heróis da História, sem que fossem observadas as complexas relações entre essas duas esferas.

Recentemente, os conceitos de romanização e de catolicismo popular têm sido rediscutidos por historiadores que compreendem que a romanização também pode ser compreendida como um fenômeno cultural, demonstrando a complexidade das relações existentes entre a Igreja enquanto instituição e as práticas religiosas populares. Destacam-se, neste sentido, os trabalhos de Euclides Marchi, André Luiz Caes, Pedro Rigolo Filho, Ivan Manoel, entre outros, que destacam a multiplicidade existente no interior do catolicismo que foi construído no Brasil.

A produção desses autores, no entanto, ainda não atentou para as contribuições que a categoria gênero pode trazer às análises historiográficas. Desde a década de 1970 os estudos feministas abriram espaço para um crescente número de investigações sobre a história das mulheres numa perspectiva crítica da centralidade que a historiografia conferira até então aos homens. Interrogando-se sobre as origens históricas da desigualdade dos sexos, inúmeras estudiosas contribuíram para uma ampliação das temáticas e metodologias adotadas pelas ciências sociais.

⁷ AQUINO, Maurício. Romanização, Historiografia e Tensões Sociais: O catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). In,.: Fenix: Revista de História e Estudos Culturais, 2011, Vol. 8. nº 2. p. 6.

No campo da História, a partir da publicação de *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, por Joan Scott na década de 1980, houve uma profusão de estudos preocupados com a dimensão relacional do gênero. No texto em questão, a historiadora denunciou a utilização do conceito gênero por uma série de estudos que se referiam à história das mulheres, chamando a atenção para a necessidade de se compreender o gênero como uma categoria útil para as análises históricas que se centrassem nas múltiplas relações construídas em sociedade entre homens e mulheres. Desde então, os estudos de gênero têm sofrido grande ampliação no campo de estudos da história, numa perspectiva que avança cada vez mais para os mais variados temas de análise.

Ao refletir sobre a subordinação das mulheres em nossa sociedade, as análises de gênero também se estenderam para o campo de estudos sobre história das religiosidades. Neste sentido, a relação entre as mulheres e instituições eclesásticas, as construções de gênero nos universos culturais-religiosos das mais diversas sociedades e a influência dos discursos religiosos na construção da desigualdade entre os sexos tornaram-se temas de interesse a pesquisadores que se interessam por uma história das religiões construída a partir de uma abordagem de gênero. A produção sobre esses temas no Brasil, no entanto, apesar de bastante alicerçada, ainda é tímida e lacunar.

Nas principais revistas acadêmicas que tratam dos estudos de gênero no Brasil, a *Revista Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, as publicações que consideram as religiosidades em seus estudos localizam-se nos seguintes temas: diálogos com a teologia feminista, assuntos relativos à moral sexual católica e protestante na atualidade, além de abordagens dos estudos de gênero sobre práticas religiosas afro-brasileiras e indígenas. Ainda há muitas temáticas a serem exploradas, no que se inclui a pesquisa aqui proposta.

Como já dissemos, os estudos sobre o catolicismo iniciaram um afastamento da história eclesástica a partir dos anos de 1970. Uma vez que compreendemos a religião como uma construção sócio-cultural, os estudos sobre religiosidade devem atentar para relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia. Dessas categorias, o gênero é ainda a menos explorada pela historiografia. Nas palavras de Sandra Duarte de Souza:

Gênero e religião compõem uma equação ainda pouco discutida e pouco admitida, abordada de forma muito acanhada. O número reduzido de publicações a esse respeito é um indicador importante da pouca atenção

que temos dedicado à religião como um mecanismo ainda eficaz de construção e redefinição das identidades de gênero, mesmo no contexto de uma sociedade secularizada. Num país declaradamente religioso como o Brasil, mesmo que o poder religioso esteja relativizado pelas implicações da secularização, pensar as representações de gênero demanda pensar o papel da religião na construção social dos sexos.⁸

Nosso trabalho justifica-se, neste sentido, pela necessidade de se realizar estudos que considerem o papel da religião católica na construção social dos sexos. Ao analisarmos a aproximação entre os discursos religiosos e as práticas do Estado brasileiro nesse período, nossa produção deve contribuir para a elucidação das relações existentes entre gênero e religiosidade.

O discurso moral e o controle da sexualidade

A primeira vista, a relação entre o controle da sexualidade e as religiões cristãs é um terreno de respostas prontas. Faz parte do nosso senso comum que ao cristianismo coube o papel de valorizar a família e o casamento. O historiador Ronaldo Vainfas afirma, no entanto, que no início do cristianismo, o principal valor defendido foi o ascetismo, baseado na virgindade e na continência. Baseando-se em escritos apostólicos, os primeiros padres defendiam que os fiéis se inspirassem no Cristo celibatário e realizavam discursos bastante negativos sobre o casamento. Os discursos em defesa do casamento no interior da teologia católica só passaram a prevalecer a partir do século XII e a partir de então se construiu um modelo de casamento monogâmico e indissolúvel.¹¹⁹

Prevaleceu, no discurso católico, mesmo depois da aceitação e da defesa do casamento, a recusa dos prazeres. Uma vez sacramentado, o casamento teria que obedecer a normas fundamentadas no cristianismo. A interpretação sexualizada do pecado de Adão e Eva parece ter perturbado por séculos padres e teólogos que criticaram inclusive o excesso de sexo entre os casados, mantendo uma desconfiança profunda com relação aos prazeres.¹⁰

A ação da Igreja no Brasil no período em que estudamos, se voltou para a defesa da família como meio inclusive de preservação da ordem social. A insistência

⁸ SOUZA, Sandra Duarte (org.). Gênero e religião no Brasil: Ensaio Feministas. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. pp. 8-9.

⁹ VAINFAS, Ronaldo. Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão. São Paulo: Ática, 1992. pp. 8-36.

¹⁰ Ibidem. pp. 83-85.

na ética familiar e sexual, a hierarquia eclesiástica desejava construir bases sólidas para o enfrentamento das mudanças socioculturais que ocorriam no Brasil. Como a família necessitava ser estável, o casamento era defendido como um vínculo indissolúvel, mas essa preocupação com a estabilidade conjugal não tornava menos pernicioso o conhecimento sobre a sexualidade. Sendo assim, quando os estudos médicos a respeito da sexualidade e em defesa da educação sexual começaram a ser publicados no Brasil, a reação da Igreja foi fortíssima. Inúmeras cartas pastorais foram escritas ridicularizando-se o caráter científico dos saberes sobre a sexualidade e os condenando como golpes à religião.¹¹¹³

Com a aceitação ou não por parte da Igreja, a emergência dos saberes científicos sobre a sexualidade levará à imposição de uma nova moral sexual nesse período. Esse terreno já foi devidamente mapeado pela historiografia brasileira, em diversos estudos influenciados pelas considerações teóricas de Michel Foucault.

Cabe observar que no contexto específico que estudamos, a maior parte desses estudos tende a enfatizar a substituição da moral religiosa por uma moral defendida pelos médicos e pelas práticas higiênicas. Assumida pelo Estado, a higiene contribuiu para o controle dos espaços públicos e privados, fortalecendo o ideal de família, como bem afirma Jurandir Freire Costa, em seu livro *Ordem Médica e Norma Familiar*. Não discordo totalmente dessas colocações, no entanto, penso que mais do que a simples substituição do pensamento religioso para o pensamento científico, o que ocorre nesse momento é uma adaptação da própria Igreja Católica, que vai também contribuir em diversos sentidos para o forjamento do modelo familiar, das feminilidades e masculinidades do período.

Em outras palavras, uma de minhas hipóteses é a de que apesar do abalo sofrido pela Igreja no momento de sua separação com o Estado, isso serviu de estímulo para a própria modernização da instituição. Apesar dos discursos terem sido produzidos em campos diferentes, a moral higiênica muitas vezes sublinhava as prescrições religiosas, reforçando-as, de forma que os discursos médicos e estatais encontravam na Igreja uma aliada, como se pode perceber no caso do incentivo aos casamentos e na defesa de uma sexualidade regrada, mesmo que dentro do matrimônio. Quando afirmo que minha intenção, por meio dessa pesquisa, é demonstrar o modo como a Igreja e o Estado se relacionaram na construção de

¹¹ AZZI, Rioldo. Op. cit. pp. 148-152.

modelos de feminilidade e de masculinidade, estou em busca de pontos de encontro como esse. Da mesma forma que recuso a oposição simples entre o pensamento racional (científico ou político) e o religioso nesse contexto, também considero fundamental o rompimento com o binarismo encerrado na noção de feminino e masculino. Além disso a própria natureza das fontes que pretendo utilizar (obras literárias, cartas, processos criminais e textos censores) permite o acesso a questões presentes na subjetividade daqueles que viveram no passado e ao mesmo tempo, abre caminhos para a realização de reflexões sobre as tensões e resistências que se inscrevem na fronteira entre o público e o privado, entre os poderes instituídos e seus efeitos subjetivos.

Referências

AQUINO, Maurício. Romanização, Historiografia e Tensões Sociais: O catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). In,.: **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**, 2011, Vol. 8. nº 2. p. 6.

ARAÚJO, Maria Luiza Macedo de. Algumas reflexões sobre moral sexual no Brasil. In.: **Revista Scientia Sexualis** - Revista do mestrado em sexologia da UFG, v.4, n.2, 1998, p.45.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. pp. 11-12.

BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da História**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: campus, 1997. pp. 348-350.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Sandra Duarte (org.). **Gênero e religião no Brasil**: Ensaio Feministas. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. pp. 8-9.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1992. pp. 8-36.